Capítulo 1. Demografia dos Povos Indígenas no Brasil um panorama crítico

Heloísa Pagliaro
Marta Maria Azevedo
Ricardo Ventura Santos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

PAGLIARO, H., AZEVEDO, MM., and SANTOS, RV., comps. Demografia dos Povos Indígenas no Brasil: um panorama crítico. In: *Demografia dos povos indígenas no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005, pp. 11-32. Saúde dos Povos Indígenas collection. ISBN: 978-85-7541-254-1.

<https://doi.org/10.7476/9788575412541.0002>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Heloísa Pagliaro, Marta Maria Azevedo
e Ricardo Ventura Santos

Introdução

São ainda muito pouco conhecidas as mais diversas dimensões da dinâmica demográfica – seja natalidade, mortalidade ou migração – dos povos indígenas no Brasil contemporâneo. Se essa assertiva se aplica plenamente ao conjunto dos povos indígenas, torna-se ainda mais contundente em face da diversidade dessas sociedades. São mais de 200 povos, falantes de aproximadamente 180 línguas, distribuídos em praticamente todo o território nacional, em áreas rurais e urbanas, com características sociais e culturais, bem como com trajetórias históricas, econômicas e políticas, as mais diversas. Quanto à população total dos povos indígenas no país, a depender da fonte, soma entre 350 e 715 mil pessoas, mas não ultrapassando 0,5% da população nacional.¹ Como é bem conhecida, a dinâmica demográfica de uma dada população resulta da confluência de uma multiplicidade de fatores históricos, antropológicos, sociais e econômicos. Assim sendo, em vista da sociodiversidade indígena no país, ao se abordar a demografia desses povos, menos que refletir no singular, devemos nos pautar em dimensões plurais.

Duas décadas atrás, por ocasião do IV Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep), que aconteceu em Águas de São Pedro (SP), foi realizada uma sessão na qual foram apresentados trabalhos relativos à demografia dos povos indígenas. Na ocasião, observou-se que:

O conhecimento do contingente, estrutura e dinâmica populacional dos diversos povos indígenas no Brasil fornecerá, a curto prazo, base [de informações] para projetos econômicos, educacionais e de assistência médica, além de, por meio de projeções, prever problemas futuros, viabilizando a adoção de medidas preventivas. Para tanto, surge a necessidade da existência de censos populacionais indígenas regulares e um sistema de registro atualizados. ...[Sabe-se] que a carência de estatísticas de populações indígenas é preocupante. Os dados existentes, geralmente, não vão além de simples contagens de indivíduos; portanto, maiores inferências quanto às dinâmicas destas populações. Exceto

alguns trabalhos de pesquisadores... inexistiu qualquer tentativa de medir níveis de fecundidade, mortalidade, movimentos migratórios etc. (...) (Penna, 1984)

Passados vinte anos, a situação dos povos indígenas modificou-se em muitos aspectos. Desse modo, houve um fortalecimento do movimento indígena e maior visibilidade política da questão indígena nas últimas décadas. Além disso, no plano demográfico, ficou evidente que, ao invés de uma tendência de descenso, sua população total vem crescendo em ritmo pronunciado, superando inclusive as médias nacionais.² Foram também implementadas iniciativas de coleta e sistematização de dados demográficos sobre os povos indígenas no país, destacando-se a inclusão da categoria 'indígena' na variável cor ou raça do censo decenal, a partir de 1991, e a estruturação de um sistema de informação sobre saúde indígena de abrangência nacional, a partir de 1999, que envolve um componente demográfico. Não menos importante, nos últimos anos, é que antropólogos e demógrafos vêm realizando em crescente número pesquisas de campo em comunidades indígenas, o que tem gerado um acervo de estudos de caso de grande relevância para o conhecimento acerca da diversidade de experiências demográficas desses povos. Conhecimentos gerados por essas várias iniciativas podem prover subsídios importantes para o planejamento, implementação e monitoramento de políticas públicas nas áreas de educação, saúde, etnodesenvolvimento, entre outras, bem como trazer novas reflexões para o campo da demografia propriamente dita.

Como reflexo desse cenário, as contribuições desta coletânea apontam para a vitalidade que a demografia dos povos indígenas alcançou nos últimos anos. Foi concebida de modo a retratar a diversidade de abordagens teóricas e metodológicas que as pesquisas sobre o comportamento demográfico dos povos indígenas apresentam no presente, tanto quanto fornecer uma síntese do estado atual do conhecimento sobre o tema. Por certo, como diagnosticado duas décadas atrás, ainda se está muito distante de um conhecimento suficientemente detalhado do comportamento demográfico dos povos indígenas. Contudo, é inegável que atualmente dispomos de um volume de informações, de uma variedade de abordagens e de um aprimoramento teórico-metodológico de que não se dispunha até um passado recente.

Demografia antropológica e os povos indígenas no Brasil

Poderíamos apontar diversas razões para o pouco desenvolvimento da área da demografia dos povos indígenas no Brasil até recentemente. Por um lado, a antropologia no Brasil, com larga tradição de estudos em sociedades indígenas, é de ênfase eminentemente qualitativa, com os etnólogos pouco familiarizados e treinados em métodos quantitativos. Logo, mesmo que temas como nascimento,

estágio e ciclo de vida, morte, regras de casamento e mobilidade, entre outros, todos de grande interesse para a demografia, sejam rotineiramente abordados nas etnografias, em larga medida não são tratados com a dimensão quantitativa demandada pelas análises conduzidas por demógrafos. Por outro lado, a temática indígena nunca chegou a se constituir em questão de interesse específico da comunidade de demógrafos no país.

Se particularidades disciplinares influenciaram a consolidação do campo de pesquisa da demografia indígena, há um aspecto mais geral que deve ser destacado, qual seja, a dificuldade enfrentada para realizar os estudos propriamente ditos, centrada fundamentalmente na obtenção e no tratamento dos dados. Sem pretender elaborar uma lista exaustiva, vale chamar a atenção para algumas dificuldades mais comuns.

Por exemplo, para a quase totalidade das comunidades indígenas, com raríssimas exceções, não há séries históricas documentadas de nascimentos, óbitos e eventos de migração. Uma alternativa que tem sido implementada é a de realizar pesquisas em profundidade, entrevistando os indivíduos de modo a recuperar os eventos demográficos. Porém, além do tempo necessário para tal abordagem e a pouca profundidade temporal possível de ser recuperada, há a questão de que as linguagens matemáticas dos povos indígenas ainda são pouco pesquisadas e desconhecidas dos antropólogos e demógrafos, situação que dificulta a comunicação entre o nosso sistema numérico e a enorme variedade de sistemas numéricos desses povos. Além disso, cada povo indígena possui sua própria maneira de classificar a idade das pessoas. Acrescentem-se ainda as proscricções quanto a falar sobre os mortos presentes em várias culturas, fato que dificulta a realização de entrevistas acerca da mortalidade, fecundidade e outros eventos demográficos. Por fim, sem exaurir a pauta das questões metodológicas, há dificuldades no cálculo e na interpretação dos indicadores demográficos ante o reduzido contingente populacional dos povos indígenas. Ao serem analisadas as séries históricas, por exemplo, nem sempre é discernível se as variações observadas derivam de mudanças efetivas no comportamento demográfico ou se são decorrentes de variações aleatórias em virtude dos pequenos números presentes nos numeradores e denominadores.

A qualidade das fontes de dados sobre os povos indígenas, que sempre foram muito precárias, traduz uma dificuldade ímpar para fins dos estudos demográficos. Além dos históricos recenseamentos pouco confiáveis dos governos provinciais, censos periódicos e registros de eventos vitais do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), conta-se com dados sobre algumas populações, levantadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Essas informações podiam oscilar, ao longo do tempo, de acordo com os interesses políticos dos governos provinciais e do SPI/Funai e de acordo com a existência de postos indígenas em diferentes regiões

do Brasil.³ Nos Postos Indígenas mais antigos, como aqueles criados entre as décadas de 1930 e 1960, verificava-se a prática de preencher os livros oficiais de certidão de nascimento, casamento e óbito. Para algumas regiões e povos, esses registros são de grande relevância; todavia, nem todos os eventos demográficos eram registrados e parte deles o foram tardiamente. A Funai tem feito levantamentos populacionais parciais, segundo suas administrações regionais, que alimentam um banco de dados com informações sobre população total por aldeia/comunidade, etnia e Terra Indígena.

Quanto aos recenseamentos periódicos, o primeiro censo nacional que levantou informações sobre as populações indígenas foi o de 1991, que incluiu a categoria indígena na variável 'cor ou raça'.⁴ Na ocasião, foram recenseados somente índios moradores de missões religiosas, postos indígenas da Funai ou áreas urbanas, ignorando um grande contingente de indígenas que habitavam áreas onde o órgão não mantinha, até aquele ano, postos instalados (Azevedo, 1994). Já o censo de 2000 teve uma cobertura maior, estendendo-se a todas as Terras Indígenas do país, bem como às demais áreas rurais e urbanas, deixando, no entanto, de levantar a filiação étnica específica dos indivíduos recenseados.⁵

Mais recentemente, com a transferência da política de assistência à saúde dos povos indígenas da Funai para a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que ocorreu em 1999, foram implantados os chamados Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). No presente, são 34 DSEI, distribuídos nas diversas regiões do país. Com o intuito de subsidiar o subsistema de atenção à saúde indígena com informações demográficas, epidemiológicas e de utilização de serviços, foi criado o Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (Siasi). Infelizmente, o Siasi não vem gerando e disponibilizando de forma ampla os dados produzidos pelos DSEI, de modo que a caracterização do perfil demográfico dos povos indígenas com base nessa fonte está aquém do que seria esperado em face dos investimentos direcionados para a criação desse sistema de informação (ver Garnelo, Macedo & Brandão, 2003; Santos & Coimbra Jr., 2003).

Além das fontes de dados oficiais, podem ser mencionadas várias iniciativas de sistematização de dados demográficos por parte de instituições religiosas, de saúde e organizações não-governamentais e organizações de povos indígenas existentes atualmente.

Levantamentos realizados em comunidades específicas por antropólogos durante trabalhos de campo, em determinado ano ou período de tempo, continuam sendo fontes importantes de dados demográficos. Nesse âmbito, vale frisar a iniciativa do antigo 'Programa Povos Indígenas' do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), incorporado pelo Instituto Socioambiental (ISA), que desde a década de 1980 cataloga e disponibiliza dados sobre tamanho populacional de povos indígenas nas Terras Indígenas. As publicações mais

recentes nessa linha são *Povos Indígenas no Brasil 1991/1995* e *Povos Indígenas no Brasil 1996/2000*, ambas com quadros que compilam estimativas de população segundo povo e terra indígena (Ricardo, 1996, 2000). Ainda que os dados ali apresentados não possibilitem análises mais detalhadas (geralmente não havia sequer informação de composição por sexo e idade), sempre tiveram grande relevância perante a carência de informações, por muito tempo constituindo quase que a totalidade do que se conhecia sobre a população dos povos indígenas no país.

O programa de atenção à saúde dos povos do Parque Indígena do Xingu (PIX) da Escola Paulista de Medicina (EPM), atual Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que teve início em 1966 e se estende até o presente, instituiu uma ficha médica com o registro de dados do exame clínico ao lado de informações demográficas e de elementos que permitem tanto a identificação individual, quanto familiar e étnica do indivíduo examinado. A alimentação contínua desse sistema de informações e a sua cobertura ao universo dos povos do PIX asseguram o acompanhamento demográfico e epidemiológico efetivo dessas populações ao longo de um período de 38 anos, propiciando, inclusive, a oportunidade de realizar estudos longitudinais, pouco freqüentes no Brasil (Baruzzi, Marcopito & Iunes, 1978). Recentemente, a introdução dessas fichas num banco de dados, contendo arquivos por povo, aldeia e família, facilitou não apenas a alimentação do sistema, como a realização de pesquisas (ver Pagliaro, neste volume e Junqueira et al., neste volume).

Outra iniciativa foi aquela da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), criada em 1986, que realizou em 1992 um recenseamento das populações da região, em conjunto com associações indígenas filiadas (Azevedo, 1994). Este censo foi feito com o objetivo de complementar um laudo antropológico que estava sendo realizado nessa época com o fito de apoiar os esforços pela demarcação das terras indígenas da região do alto rio Negro.

Mais recentemente, uma parceria entre as organizações indígenas Sateré-Mawé, o Instituto de Estudos sobre a Amazônia da Fundação Joaquim Nabuco do Amazonas, a Universidade Federal do Amazonas (Ufam), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o Fundo de População das Nações Unidas (Fnuap), a Funai, a Funasa e outras instituições regionais realizou, no ano de 2003, um diagnóstico sociodemográfico da população Sateré-Mawé das áreas indígenas Andirá-Marau e Koatá-Laranjal, e das áreas urbanas de Parintins, Barreirinha, Maués e Nova Olinda do Norte, registrando 8.378 indivíduos (Teixeira & Brasil, neste volume).

Esses censos, realizados com as populações do rio Negro e Sateré-Mawé, respectivamente, contaram com a participação ativa dos povos envolvidos, no pressuposto de que a formulação, a coleta e a apropriação de seus resultados

constituem dimensões importantes para os povos indígenas refletirem sobre sua situação atual e pensarem seus projetos de futuro.

Demografia dos povos indígenas no Brasil

Sem pretender realizar uma revisão exaustiva da literatura, mencionam-se a seguir alguns estudos que contemplaram análises demográficas de sociedades indígenas no Brasil ou que relacionaram aspectos demográficos a dimensões de suas culturas.

Uma temática que desde longa data vem atraindo a atenção de antropólogos e historiadores diz respeito às estimativas do contingente populacional indígena presente nas Américas por ocasião da chegada dos europeus no século XV-XVI. Conforme sumarizam Kennedy & Perz (2000), valendo-se de uma compilação dessas estimativas sobre os povos indígenas no Brasil em 1500, as cifras variam largamente, entre 800 mil e 5 milhões, a depender do autor e dos critérios utilizados. Dentre as várias tentativas de estimar a população indígena no passado (no Brasil e na América do Sul), é ilustrativo mencionar aquelas de Julian Steward e de William Denevan, pois apontam para algumas das dificuldades envolvidas.

Steward (1949) buscou estimar o tamanho da população indígena da América do Sul em 1500, baseando seus pressupostos em extrapolações a partir de valores de densidades populacionais segundo grandes áreas do continente, para tal utilizando uma tipologia fortemente influenciada pelo evolucionismo cultural corrente à época. Por exemplo, a região central do Brasil, ocupada por sociedades Jê, é referida como a de 'tribos marginais', já que se considerava que, em comparação com outros povos, eram tecnologicamente pouco desenvolvidos. Ressaltando as dificuldades metodológicas envolvidas, Steward chegou a um valor de aproximadamente 9,1 milhões de indígenas na América do Sul em 1500, que teria decrescido para 6,9 milhões em 1940. Doenças, guerras, perseguições e rupturas econômicas e sociais são apontadas como as principais causas responsáveis pela redução populacional. Para a área relativa ao Brasil, o autor estimou que era habitada por 1,1 milhão de indígenas em 1500, tendo decrescido para 500 mil em 1940. Um aspecto que chama a atenção nas estimativas de Steward é que, para 1940, ele sugere que os indígenas equivaleriam a 11% da população total do Brasil (Steward, 1949:666).

Denevan (1976) procurou estimar o contingente populacional indígena do que chama de Grande Amazônia, que em sua definição engloba a área a leste e sul dos Andes, ao norte do Trópico de Capricórnio, excetuando a região do Chaco (portanto, surpreendentemente, inclui o Nordeste brasileiro). Esse autor também se apóia em extrapolações a partir de densidades populacionais. Contudo, de uma

forma ainda mais proeminente que Steward, baseia-se em parâmetros ecológico-culturais, como a densidade populacional máxima possível a depender da capacidade de suporte conferida pelas formas de subsistência praticadas nos diferentes habitats amazônicos. Denevan considera que as estimativas de Steward foram conservadoras e que, somente para a 'Grande Amazônia', a população indígena em 1500 atingiria 6,8 milhões de pessoas.⁶

Durante as décadas de 1940 a 1970 foram realizados alguns estudos para avaliar os efeitos da depopulação sobre a organização social das sociedades indígenas, provocados pelos contatos com as diferentes frentes de expansão. Charles Wagley (1942) inaugurou este campo no Brasil, com a análise das mudanças sociais advindas do contato dos Tapirapé, povo Tupi do Brasil Central, com as frentes expansionistas. Seguiu-se um outro estudo do mesmo autor, sobre as influências dos padrões culturais de duas populações de língua Tupi (os Tapirapé e os Tenetehara), mostrando a influência das instituições sociais e valores culturais sobre o tamanho destas populações após os contatos com as frentes de expansão (Wagley, 1951). Wagley apontou para a relativa estabilidade populacional alcançada pelos Tenetehara, que não conheciam certas práticas de restrição voluntária da natalidade e puderam, com elevadas taxas de natalidade, superar os altos níveis de mortalidade a que estavam sujeitos e continuar crescendo. Por outro lado, os Tapirapé, conhecedores de práticas reguladoras dos nascimentos, especialmente o aborto, teriam anulado seu potencial de crescimento ao experimentarem altas taxas de mortalidade em momentos de contato com a sociedade nacional.

Esses estudos deixaram fortes marcas na produção de Darcy Ribeiro que, aproximadamente no mesmo período, se dedicou à avaliação do impacto provocado pelas epidemias de doenças infecciosas sobre a demografia e a organização social dos povos indígenas, o que chamou de "efeitos dissociativos da depopulação". Ribeiro (1956) abordou um conjunto de estudos de casos sobre a ocorrência de epidemias de doenças infecciosas e parasitárias e as crises que se seguiram (frequentemente agravadas pela fome em razão do colapso dos sistemas de subsistência), procurando documentar as reações das comunidades em vista das suas concepções socioculturais e as consequências sobre os padrões de organização social (ver também Ribeiro, 1957). Por intermédio dos vários casos analisados, o antropólogo também enfatizou que características internas próprias às diversas sociedades tinham o potencial de influenciar a trajetória demográfica no período subsequente à crise populacional. Em linhas gerais, seu argumento é que há uma íntima associação entre características socioculturais e comportamento demográfico.⁷

Mais tarde, retomando alguns dos argumentos desenvolvidos em seu clássico estudo *Convívio e Contaminação*, de 1956, Darcy Ribeiro buscou correlacionar a depopulação experimentada pelos povos indígenas às diferentes situações de contato com a sociedade nacional (Ribeiro, 1977). Para tanto, elaborou

uma classificação que se baseava em categorias de 'graus de integração' das sociedades indígenas (isoladas, em contato intermitente, em contato permanente e integradas) e nos tipos de frentes econômicas da sociedade nacional (extrativista, agrícola e pastoril). Os seus resultados apontaram para maiores perdas populacionais entre os povos que tiveram contato com frentes agrícolas, seguidos dos que se defrontaram com as expansões extrativistas e pastoris. Ribeiro conclui seu estudo com prognósticos bastante negativos quanto ao futuro dos povos indígenas, prevendo uma redução progressiva de sua população à medida que "passem de condição de isolamento à de integração" (Ribeiro, 1977:445), com a possibilidade de alguma recuperação populacional, asseguradas condições adequadas e uma vez integrados.

Laraia (1963), em artigo sobre os Suruí do Pará, demonstra como essa sociedade teve que produzir novos arranjos matrimoniais por causa das perdas populacionais que geraram um desequilíbrio entre os sexos. Assim sendo, os Suruí, que tradicionalmente praticavam a poliginia, passaram a praticar casamentos poliândricos, algo incomum entre as sociedades indígenas no Brasil.

Roberto Cardoso de Oliveira (1958) descreveu a estrutura demográfica dos Terêna da aldeia Cachoeirinha, que se localiza no que é o atual estado de Mato Grosso do Sul. Baseou-se em recenseamentos realizados pelo SPI entre 1919 e 1954 e em dados que coletou em 1957. O autor relacionou padrões de estrutura demográfica, de casamentos (intra e interétnicos) e reprodutivos às mudanças processadas na aldeia ante o contexto regional.

Uma linha de estudos relacionando aspectos genéticos e demográficos dos povos indígenas foi desenvolvida entre as décadas de sessenta e noventa pelos grupos de pesquisa coordenados pelos geneticistas Francisco Mauro Salzano e James Neel. Pela coleta de dados sobre a composição por idade e sexo, padrões de casamento, migração e outros aspectos demográficos, o interesse principal dessa linha de investigação é o de compreender a dinâmica micro-evolucionária e de produção da variabilidade biológica dos povos indígenas. Revisões detalhadas acerca dessas pesquisas podem ser encontradas em Salzano & Callegari-Jacques (1988) e Salzano & Bortolini (2002).

Estudos demográficos baseados em modelos de simulação computacional, visando reproduzir sistemas de parentesco em sociedades indígenas, desenvolveram-se a partir do início da década de setenta. MacCluer, Neel & Chagnon (1971) testaram um desses modelos na estimativa da estrutura da população Yanomami do Brasil e da Venezuela, com base em informações sobre as relações de parentesco. Numa perspectiva metodológica similar, Pozzobon (1994) investigou o tamanho mínimo de população necessário para fazer funcionar um sistema de parentesco de metades exogâmicas. Segundo o autor, o funcionamento desse sistema requer que o número de indivíduos pertencentes a cada metade não seja muito

diferente. Em situação de desequilíbrio, os membros dessas populações teóricas recorrem a casamentos poligâmicos ou procuram cônjuges nas populações vizinhas ou ainda desobedecem às regras de casamento. O autor concluiu que o mínimo esperado para o funcionamento do sistema é de 500 indivíduos, distribuídos numa estrutura por idades e sexo estável.

No início da década de setenta, Frikel & Cortez (1972) analisaram o comportamento demográfico de três grupos Karib, localizados na missão franciscana do Alto Paru do Oeste (Pará e Amapá), os Ewarhoyána, Kaxúyana e Tiriyo. Os três grupos haviam sido submetidos a um drástico processo de depopulação antes de migrarem para a missão e, em 1970, se encontravam no curso de um significativo processo de recuperação populacional, possuindo, respectivamente, populações de 13, 64 e 222 indivíduos. Este estudo mostrou como é possível fazer avaliações demográficas de momento, extremamente detalhadas e precisas, apesar do reduzido número de indivíduos de determinados grupos indígenas.

Werner (1983a) conduziu uma análise antropológica e demográfica na qual procurou interpretar variações na fecundidade de mulheres Mekranoti-Kayapó, povo localizado no Pará, ao longo da então história recente do grupo, aproximadamente entre as décadas 1930 e 1970. Seus resultados indicaram que houve uma redução da taxa de fecundidade total (TFT) no período de contato (1955-1964), que foi de 5,6 filhos por mulher, em comparação à fase anterior (TFT=6,5) e posterior (TFT=8,5). Interessado em identificar os determinantes próximos da variação na fecundidade, Werner sugeriu que uma das principais razões foi o desequilíbrio na composição por sexo entre adultos no período de contato. Isso porque muitos homens morreram por conta de conflitos e doenças, deixando um grande contingente de mulheres adultas sem parceiros.

Em outro estudo, teórica e metodologicamente menos abrangente, Werner (1983b) comparou alguns indicadores de fecundidade e de mortalidade dos Xokleng do Posto Indígena Ibirama, localizado em Santa Catarina, com aqueles de não indígenas de uma comunidade próxima. Como esperado, os níveis de mortalidade dos indígenas mostraram-se bem mais elevados. Um achado que chama atenção é a elevadíssima taxa de fecundidade total reportada para as mulheres xokleng no período 1975-1983, de 11,0 filhos por mulher, mais que o dobro daquela das mulheres não-indígenas investigadas (5,3 filhos).

Na década de 1970, Junqueira e Camargo realizaram investigação sobre o comportamento reprodutivo das mulheres Kamaiurá, índios Tupi do Alto Xingu (MT). Os autores discutiram os preceitos teóricos que envolvem os fatores constitutivos das variáveis intermediárias da fecundidade, propostos por Davis e Blake. Esse trabalho, que na época não foi publicado, é parte da contribuição de Junqueira et al. para este volume.

No início da década de oitenta, a Abep já manifestava o interesse em inserir em sua pauta de discussões temas relativos à demografia dos povos indígenas. Neste sentido, o programa de seu III Encontro Nacional, realizado em Vitória (ES), contou com uma sessão temática dedicada à 'Demografia dos Grupos Étnicos Minoritários', na qual foram discutidos quatro trabalhos. Fígoli (1982) apresentou um estudo sobre identidade e etnicidade em áreas urbanas, enfocando a imigração de indígenas da região do Rio Negro para Manaus, com uma avaliação acerca do volume dessa população segundo áreas de emigração, condições de deslocamento e rotas migratórias. Romano (1982) abordou aspectos relacionados às condições de vida e inserção no mercado de trabalho de indígenas Sateré-Mawé moradores da cidade de Manaus. Salzano (1982) apresentou algumas tendências demográficas observadas em um conjunto de povos indígenas, sobretudo no que tange a níveis de mortalidade, de fecundidade e padrões de uniões, dados esses coletados ao longo de duas décadas de investigações no campo da genética de populações. Finalmente, Lux Vidal, coordenadora da sessão, apresentou um balanço das dificuldades encontradas para estimar a evolução demográfica dos povos indígenas no Brasil, numa perspectiva histórica ou mesmo atual, decorrente da precariedade e irregularidade das informações quantitativas disponíveis. Já naquele momento a antropóloga propunha a implementação de um projeto de estudos sobre demografia indígena e a reformulação da coleta e tratamento dos dados dos recenseamentos oficiais.

O IV Encontro Nacional da Abep, realizado em Águas de São Pedro (SP) em 1984, também contemplou o tema, pela inclusão em sua programação de uma sessão sobre Etnia e População, coordenada por Laura Wong. A discussão levantou questões sobre o tamanho das populações e das terras indígenas, as migrações para áreas urbanas, a realização de um censo indígena e a criação de um sistema de estatísticas contínuas para garantir as informações necessárias à realização de estudos demográficos (Wong, 1984). Os trabalhos apresentados versaram ainda sobre padrões de uniões matrimoniais e endogamia de 18 grupos indígenas (Salzano, 1984); informações sobre o número de filhos tidos, nascidos vivos e mortos, de mulheres Cinta Larga de Rondônia e Mato Grosso, no período 1979 e 1984 (Junqueira, 1984); e reflexões gerais sobre a demografia indígena, quando foram colocadas em discussão as contribuições que esses estudos podem trazer à demografia e vice-versa (Penna, 1984).

Nos anos seguintes, a discussão aberta pela Abep estimulou a realização de diversos estudos de modelo transversal. Wong (1986) analisou a dinâmica demográfica dos Kaingang, Terena e Guaraní, moradores de áreas indígenas do estado de São Paulo, estimando níveis de mortalidade, fecundidade e migração, com informações dos anos de 1976 e 1985. Meireles (1988) comparou os padrões reprodutivos de três sociedades indígenas, os Karitiana, Tupi da família Arikên, os

Gaviões, Tupi da família Mondé, e os Pakaas-Novos, da família Txapakura. Fundamentada na aplicação de um modelo que pressupõe que diferenças na organização social das populações resultam em variações de seus padrões de fecundidade, a autora conclui que a ocorrência de mudanças sociais afetou a fecundidade desses grupos no sentido de um notável aumento.

Vale destacar a publicação de um fascículo temático do periódico *South American Indian Studies* sobre demografia em 1994 (Adams & Price, 1994). Os trabalhos que o compõem dedicam-se à análise demográfica e etnológica de 'sociedades de pequena escala', com foco no diálogo entre o comportamento demográfico e cultural. A tônica de algumas contribuições é o debate de idéias neomaltusianas (ver, por exemplo, Adams & Price, 1994 e Picchi, 1994), considerando a recuperação demográfica no período pós-contato, suas implicações para a sobrevivência diante da escassez de recursos alimentares e ambientais e os problemas de saúde associados. Para fins de ilustração, podem ser mencionados alguns estudos específicos: Greene & Crocker (1994), sobre o comportamento demográfico dos Canela moradores da região do Escalvado (MA), baseado em dados coletados em diversos momentos do período 1970 a 1988, associados às informações sobre o sistema de parentesco, relações entre grupos familiares, padrões de residência, estado matrimonial e algumas histórias reprodutivas, com uma discussão sobre a relação entre os níveis de fecundidade e a existência de uniões poligâmicas; Price (1994), sobre o comportamento demográfico de alguns grupos Nambiquara (MT), com informações sobre nascimentos e óbitos entre 1943 e 1969, extraídos do registro civil do posto indígena do SPI, dados do próprio autor, de missionários religiosos e agentes indígenas de saúde, coletados em diferentes momentos do período 1969-1986; Picchi (1994), sobre os Bakairi (MT), com informações sobre domicílios, composição por idade e sexo, casamento, mortalidade e fecundidade e algumas variáveis intermediárias, para o período 1979-1989; Flowers (1994) sobre o comportamento demográfico dos Xavante de Pimentel Barbosa (MT), com dados do período 1976-1990, relativos a eventos vitais, histórias reprodutivas, saúde infantil, consumo alimentar, produtividade agrícola e de caça. A autora avaliou o tamanho, crescimento, taxas de fecundidade e alguns de seus determinantes próximos pela construção de coortes de mulheres, taxas de mortalidade e probabilidades de sobrevivência.

A pesquisa de Early & Peters (1990) consiste de um detalhado estudo transversal e longitudinal a respeito da dinâmica demográfica dos Yanomama moradores do rio Mucajai, na região Norte do Brasil, próximo à fronteira da Venezuela, com dados de observação de um período de 27 anos. Posteriormente, esses autores expandiram suas pesquisas demográficas para outros grupos Yanomama (Early & Peters, 2000). Tais investigações estão dentre as mais

detalhadas análises demográficas já realizadas sobre os povos indígenas no Brasil, como atesta a entrevista com John Early (neste volume).

Sobre os Waiãpi, um grupo Tupi-Guarani residente no Amapá, os resultados de Azevedo (1996) mostram uma população com altos níveis de fecundidade e baixa mortalidade, que cresceu a um ritmo de 4,1% entre 1980 e 1996 e com expectativa de duplicação em 17 anos. Em outro estudo sobre este mesmo grupo indígena, Medeiros (2000) estima a média de idade da mãe ao nascimento do primeiro filho e os intervalos intergenésicos de nascimentos observados em 1985 e 1998.

O estudo de Souza & Santos (2001) sobre os Xavánte de Sangradouro – Volta Grande analisa o comportamento demográfico de sete aldeias, com base em censos anuais e registros de eventos vitais do período 1993-1997. Estimam-se taxas de natalidade, de fecundidade e de mortalidade geral e infantil que são associadas às mudanças sociais e padrões culturais. Uma ênfase do trabalho é a interpretação das informações demográficas e de mortalidade em particular à luz de discussões no campo da saúde pública. Entre outros aspectos, os autores mostram que não somente os óbitos estão desproporcionalmente concentrados em crianças, como o nível de mortalidade infantil é muito superior à média nacional, o que aponta para as precárias condições de saneamento e inadequado serviço de atenção à saúde dos Xavánte.

O livro de Carlos Coimbra Jr., Nancy Flowers, Francisco M. Salzano e Ricardo Ventura Santos, intitulado *The Xavánte in Transition*, é um estudo sobre a comunidade de Pimentel Barbosa (ou Etéñitépa), abordando aspectos ligados à saúde, ecologia humana e antropologia biológica em estreito diálogo com dados etnológicos e históricos, com o intuito de compreender processos de mudanças sociais, econômicas, políticas e epidemiológicas numa perspectiva diacrônica (Coimbra Jr. et al., 2002). Um componente explorado pelos autores diz respeito à dinâmica demográfica no período compreendido aproximadamente entre 1940 e 1990, com ênfase nas inter-relações entre o contato com a sociedade nacional e seus impactos sobre a dinâmica demográfica, incluindo padrões de mortalidade, fecundidade e nupcialidade (ver Santos et al., neste volume).

Gomes (2002) apresenta uma reconstrução histórica da demografia Tenetehara nos últimos quatrocentos anos. Segundo esse autor, a tendência de crescimento dos Tenetehara começou a se esboçar no início da década de 1950, atingindo níveis próximos a 5% ao ano entre 1975 e 1994, após um longo período de descenso populacional. A sensível queda da mortalidade infantil e as modificações nas regras de tabus sexuais pós-parto, que reduziram o espaçamento entre os nascimentos, são apontadas como fatores prováveis do crescimento registrado nesse período. A diminuição e estabilização do ritmo de crescimento a partir de 1994, quando são registrados índices em torno de 3% ao ano, refletiriam

as dificuldades em aumentar a produção de alimentos, o recrudescimento de doenças infecciosas e crônicas, a deterioração da assistência à saúde e a provável retomada de tabus sexuais após o nascimento dos filhos. Para melhor avaliar o crescimento observado, Gomes estima níveis de mortalidade infantil e na infância e níveis de fecundidade, por meio de um inquérito realizado com amostra extraída entre as mulheres casadas com idades entre 16 e 73 anos. Esta observação permitiu ao autor inferir sobre o aumento da média de filhos tidos nascidos vivos e a diminuição dos intervalos intergenésicos.

A partir de 1992, o programa de saúde do Parque Indígena do Xingu, Unifesp/EPM, através de sua Unidade de Saúde e Meio Ambiente (Usma), deu início a uma linha de pesquisas sobre demografia. Ao longo da última década, utilizando os dados do registro contínuo da população, avaliou-se a dinâmica demográfica de seis povos com ênfase nas relações entre padrões demográficos e culturais. O primeiro estudo estimou o tamanho, crescimento, estrutura por idade e sexo, padrões de mortalidade e esperança de vida dos Panará (Kren-akrore) para o período 1973-1993, quando estes ainda moravam no Parque Indígena do Xingu (Baruzzi et al., 1994). O segundo, sobre os Waurá, reuniu dados de 1970 a 1999, para analisar a dinâmica populacional e o comportamento da fecundidade deste grupo, que teve seu crescimento aumentado de 3 para 5% ao ano (Pagliaro et al., 2001). A seguir foram estudados três dos quatro grupos Tupi moradores do Parque, os Kaiabi (Pagliaro, 2002 e neste volume), Juruna (Pagliaro et al., 2003), Kamaiurá (Pagliaro et al., 2004), restando apenas os Aweti, em fase de elaboração. Atualmente, está sendo desenvolvida uma investigação sobre os Txikão (Maia et al., 2004).

Por esse breve levantamento da literatura sobre demografia dos povos indígenas no Brasil fica evidente que o interesse pelo tema iniciou-se há várias décadas, com a participação de pesquisadores trabalhando com várias vertentes teóricas e metodológicas. Daí resulta ser difícil gerar uma síntese sobre a demografia dos povos indígenas, já que os estudos são bastante diversificados.

Não obstante, há um eixo temático que, de certo modo já presente nos primórdios das pesquisas voltadas para questões demográficas, como aquelas desenvolvidas por Charles Wagley, Darcy Ribeiro e outros autores nas décadas 1940 e 1950, vem-se consolidando como vertente analítica proeminente na demografia dos povos indígenas no período mais recente. Estamos nos referindo aos estudos que, privilegiando análises pautadas em um conhecimento detalhado da história e etnologia dos povos investigados, tratam das repercussões sobre o comportamento demográfico resultante das múltiplas formas de interação com a sociedade nacional envolvente, sejam eles sobre as dinâmicas de mortalidade, fecundidade, migração ou nupcialidade, sejam eles sobre outros aspectos. Ressalte-se que surge na safra mais recente de estudos uma clara sinalização de que as análises do comportamento demográfico dos povos indígenas precisam

necessariamente levar em conta a organização social que, como bem demonstrado, é amplamente diversificada. Este tipo de estudo, conhecido por demografia antropológica, antropodemografia, etnodemografia, entre outras denominações que recebe, vem buscando estabelecer a complexa relação entre modelos culturais e padrões demográficos.

No plano da metodologia, a revisão da literatura também delineia um quadro relativamente claro. As deficiências das estatísticas sobre os povos indígenas no Brasil não oferecem mais do que avaliações conjunturais do estado destas populações em determinados momentos do tempo. Por outro lado, as pesquisas baseadas em registros contínuos de informações, de modelo longitudinal e que demandam dados coletados durante longos períodos de tempo, são ainda raras. Estes tipos de estudo permitem observar as variações dos padrões de fecundidade e de mortalidade ao longo do tempo, de difícil detecção em inferências transversais ou de momento.

Desdobramentos recentes

Em março de 2002, por iniciativa da Abep, foi criado o Comitê de Demografia dos Povos Indígenas, reunindo demógrafos e antropólogos interessados em estudar a articulação entre os processos demográficos e a organização social das sociedades indígenas no Brasil, de forma a preencher a lacuna existente neste campo de estudos. A sua estruturação foi gestada em agosto de 2001, por ocasião da XXIV Conferência Geral de População da International Union of Scientific Studies of Population (Iussp), realizada em Salvador, com base na demanda de um grupo de associados da Abep interessados neste campo de estudos e dispostos a enfrentar o desafio que representa estimar indicadores demográficos para as “populações de pequena escala” e interpretá-los à luz de informações sobre a cultura desses povos.

O Comitê buscou definir alguns eixos de trabalho, sobre os quais deveriam versar as discussões iniciais, que resultaram em duas sessões temáticas e uma mesa-redonda realizadas no XIII Encontro da Abep, que teve lugar em Ouro Preto, em 2002, a saber: 1) Comportamento demográfico e organização social dos povos indígenas no Brasil; 2) Indicadores de saúde e sociodemográficos para essas populações. Em 2003, o Comitê organizou um seminário, que contou com o apoio da Abep, da Unifesp e do Fnuap, reunindo pesquisadores com produção na área, com a participação de John Early, professor da Florida Atlantic University e autor em conjunto com John Peters dos relevantes estudos sobre os Yanomami (ver Early neste volume). Vale também mencionar a interação do Comitê com o Grupo de Trabalho sobre Saúde dos Povos Indígenas da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), pois, por causa dela, foi realizada durante o

VII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, que aconteceu em Brasília, em agosto de 2003, uma mesa sobre 'Demografia e Saúde dos Povos Indígenas'.

Os capítulos que constituem esta coletânea foram apresentados em sessões organizadas pelo Comitê de Demografia dos Povos Indígenas no período 2002-2004. Abordam aspectos variados do comportamento demográfico dos povos indígenas no Brasil, sobretudo acerca de padrões de mortalidade, fecundidade, nupcialidade e migração. Uma outra característica importante é o estreito diálogo que os autores desenvolvem com teorias e métodos de disciplinas próximas da demografia, incluindo antropologia, história e saúde coletiva, para destacar algumas das áreas mais proeminentes.

Marta Maria Azevedo trata das análises dos tipos de casamentos existentes entre os povos habitantes da região do alto rio Negro, noroeste do estado do Amazonas, tendo como fonte de dados o censo indígena autônomo do rio Negro implementado em 1992 pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro. Para isso a região enfocada foi subdividida em cinco sub-regiões, tendo como critérios a ocupação da área pelos diferentes povos indígenas e sua delimitação geográfica. Na primeira parte do trabalho, são resumidas as formulações teóricas, elaboradas por diferentes antropólogos, sobre os tipos de casamento rio-negrino. A seguir, são analisados os dados oriundos do referido censo, a partir dos quais a autora demonstra que confirmam em grande parte as teorias previamente discutidas.

Ricardo Ventura Santos, Nancy Flowers e Carlos E. A. Coimbra Jr. apresentam um estudo de caso sobre os Xavante de Pimentel Barbosa, ou Etéñitépa, no qual buscam caracterizar a crise demográfica nas décadas que se seguiram ao contato da década de 1940. A crise resultou de níveis mais elevados de mortalidade, devido tanto a epidemias como à violência, e de uma queda da fecundidade. A partir da década 70, decresceu a mortalidade, e a população iniciou um período de rápido crescimento. A crise demográfica foi influenciada não somente por fatores externos, mas também por aspectos ligados à organização social do grupo. Adicionalmente, o caso dos Xavante de Etéñitépa indica que o impacto das epidemias envolve mais que a redução da população, influenciando dinâmicas sociais, como as práticas matrimoniais, mesmo décadas após a crise.

Heloisa Pagliaro analisa a dinâmica demográfica dos Kaiabi do Parque Indígena do Xingu (PIX) durante um período de 1970 a 1999, mostrando como a imigração deste povo, da região do Alto Teles Pires para o PIX, contribuiu para a sua sobrevivência e recuperação populacional. Para o elevado crescimento populacional observado no período, alguns fatores podem ter sido decisivos, tais como: a cessação de conflitos com as frentes expansionistas, a menor exposição às epidemias, a melhoria das condições de saúde, a garantia do território, além do desejo e da decisão de crescer. O trabalho evidencia como um sistema de registro

contínuo de eventos vitais e de mobilidade espacial pode permitir a construção de indicadores demográficos por meio de modelos de análise transversal e longitudinal.

Paulo Campanário descreve um modelo demográfico para estimar a mortalidade e a fecundidade de populações de 'pequena escala', usando como exemplo para a aplicação de seu modelo a população Kaiabi. Os resultados do exercício apontam a estreita concordância com as análises realizadas por Pagliaro (neste volume), que se basearam em métodos diretos. O trabalho mostra ainda como a aplicação do modelo a outras populações indígenas, sem registro de eventos demográficos, valendo-se de simples contagens populacionais para um determinado ano ou período de tempo, pode resultar em construções de séries temporais e projeções que permitem análises diacrônicas. Portanto, trata-se de uma ferramenta particularmente útil no caso dos povos indígenas no Brasil, visto a já citada carência de informações demográficas.

Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Carmen Junqueira e Heloísa Pagliaro apresentam reflexões sobre o comportamento reprodutivo das mulheres Kamaiurá do Alto Xingu. O capítulo encontra-se estruturado em duas partes. Na primeira, está reproduzido um texto original de Junqueira e Camargo, escrito na década de 1970, em que os autores analisam o comportamento reprodutivo das mulheres kamaiurá (Alto Xingu) e discutem os preceitos teóricos que envolvem os fatores constitutivos das variáveis intermediárias da fecundidade; na segunda, são apresentadas reflexões acerca de aspectos culturais e demográficos, registrados em visita recente aos Kamaiurá, que apontam para um aumento da média de filhos por mulher e, em particular, um substancial incremento na média de filhos sobreviventes nos primeiros anos de vida em virtude da melhoria das condições de saúde.

Pery Teixeira e Marília Brasil apresentam os resultados, procedendo a uma análise sobre o Diagnóstico Sociodemográfico Participativo da População Sateré-Mawé, um povo localizado no estado do Amazonas. Essa pesquisa surgiu a partir da convergência de interesses de um grupo de instituições e organizações indígenas e não-indígenas, governamentais e não-governamentais, objetivando conhecer as condições de vida e de sustentabilidade dos povos indígenas da Amazônia Brasileira. Os dados apresentados referem-se ao volume dos efetivos populacionais Sateré-Mawé, sua distribuição espacial e a composição por sexo e idade. Além disso, a natalidade e a fecundidade são tratadas do ponto de vista comparativo entre as diferentes áreas habitadas pelos Sateré-Mawé, inclusive entre as terras indígenas e as áreas urbanas.

Nilza de Oliveira Martins Pereira, Ricardo Ventura Santos e Marta Maria Azevedo apresentam um perfil demográfico e socioeconômico das pessoas que se autodeclararam 'indígenas' nos Censos de 1991 e 2000. Um aspecto relevantíssimo que emerge da comparação dos dois censos é o crescimento expressivo no número de indivíduos que se autodeclararam como 'indígenas'

(294 mil em 1991 e 734 mil em 2000). São discutidos, também, aspectos relacionados à composição etária e por sexo, distribuição geográfica e por região (urbana e rural), componentes da dinâmica demográfica e algumas características sociais e econômicas. Além de frisar quanto aos desafios interpretativos no tocante aos indivíduos que se autodeclararam 'indígenas', os autores enfatizam que a formulação do quesito sobre cor/raça em censos futuros precisa ser aperfeiçoada.

A última contribuição desta coletânea é uma entrevista com o professor John Early, antropólogo e demógrafo, com vários trabalhos publicados sobre os Yanomami, bem como com contribuições para a demografia antropológica de povos nativos de outras regiões do mundo. Early discorre na entrevista sobre as várias etapas de seu trabalho com os Yanomami, realizado juntamente com o antropólogo John Peters, incluindo as dificuldades metodológicas enfrentadas, as diversas fontes de informações consultadas, as estratégias para os cálculos de idade, entre outros aspectos. Early chama atenção para o fato de que este trabalho com os Yanomami, que cobre sete décadas de informações populacionais, mostra que a combinação de dados históricos, etnográficos e demográficos resulta em uma análise mais fina e profunda.

Notas

- ¹ A Fundação Nacional do Índio (Funai) estima que em 2004 "vivem no Brasil cerca de 345 mil índios, distribuídos entre 215 sociedades indígenas, que perfazem cerca de 0,2% da população brasileira. Cabe esclarecer que este dado populacional considera tão-somente aqueles indígenas que vivem em aldeias, havendo estimativas de que, além destes, há entre 100 e 190 mil vivendo fora das terras indígenas, inclusive em áreas urbanas. Há também indícios da existência de mais ou menos 53 grupos ainda não contatados, além de existirem grupos que estão requerendo o reconhecimento de sua condição indígena junto ao órgão federal indigenista" (<http://www.funai.gov.br>, acessado em 13/08/2004). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por sua vez, estima que em 2000 viviam no Brasil 715 mil pessoas, que se autodeclararam indígenas para o censo demográfico (ver Pereira et al., neste volume).
- ² O rápido crescimento populacional dos povos indígenas não é um fenômeno que se limita ao Brasil, mas vem acontecendo também em vários outros países da América Latina, como demonstra o recente estudo comparativo de McSweeney & Arps (2005).
- ³ Sobre os povos indígenas nos censos brasileiros, consultar Azevedo (2000) e Oliveira (1997).
- ⁴ Em 1940 o censo demográfico, ao pesquisar línguas faladas, acabou chegando a um grande número de pessoas falantes de língua 'Tupi' e outras línguas indígenas. Esses dados, potencialmente informativos acerca das populações indígenas, permanecem inexplorados (Azevedo, 1997).
- ⁵ Há ainda poucas análises sobre os dados sobre indígenas dos Censo de 1991 e 2000 (ver, por exemplo, Pereira, 2002; Pereira & Azevedo, 2004; Pereira et al., neste volume; Kennedy &

Perz, 2000). Enfocando os indígenas, Azevedo (2000), Kennedy & Perz (2000), Santos & Coimbra Jr. (2003) e Silva (1994) apresentam comentários críticos quanto aos procedimentos empregados nos levantamentos censitários e como podem ter influenciado as estimativas de tamanho e de distribuição geográfica, entre outros aspectos demográficos.

- ⁶ A partir da década de 1990, a questão do tamanho populacional e da complexidade da organização social dos povos indígenas na Amazônia no passado voltou a ser tema de grande interesse na antropologia, com contribuições significativas de etnólogos e arqueólogos. Vários estudos apontam que, de fato, os contingentes populacionais indígenas deveriam ser expressivos, chamando-se a atenção para as limitações de projeções que tomem os povos indígenas no presente como referência (ver Fausto, 2001; Roosevelt, 1994; Viveiros de Castro, 1996). Um exemplo ilustrativo é o estudo de caso de Heckenberger (2001, 2005) que, apoiando-se em evidências arqueológicas e etno-históricas, discute a construção do pluralismo xinguano ao longo dos séculos e também aborda o colapso populacional no Alto Xingu a partir do século XIX.
- ⁷ Para uma discussão sobre as inter-relações entre epidemias de doenças infecciosas, depopulação e organização social em povos indígenas no Brasil, ver Coimbra Jr. (1987), cujo trabalho recupera alguns dos argumentos de Ribeiro (1956). Um debate abordado por Coimbra Jr. refere-se à contribuição diferencial de fatores biológicos (i.e., hipótese de uma maior suscetibilidade biológica dos povos indígenas às epidemias devido a características genéticas próprias) *vis-à-vis* sociocomportamentais (i.e., colapso social, associado à desestruturação das atividades de subsistência, levando a situações de penúria, fome e debilidade orgânica) na explicação quanto aos altos níveis de mortalidade observados em povos indígenas frente às epidemias. Esse debate acerca dos determinantes da depopulação perante as epidemias permanece corrente (Black, 1994, 2004; Hurtado et al., 2004).

Referências Bibliográficas

- ADAMS, K. & PRICE, D. Introduction. The demography of small scale societies: case studies from Lowland South America. *South American Indian Studies*, 4:1-4, 1994.
- AZEVEDO, M. Demografia dos povos indígenas do Alto Rio Negro. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 11:235-244, 1994.
- AZEVEDO, M. *Análise Demográfica da População Waiãpi – anos 1980 a 1985*. Campinas: Núcleo de Estudos de População/Universidade Estadual de Campinas, 1996. (Mimeo.)
- AZEVEDO, M. Censos demográficos e “os índios”: dificuldades para reconhecer e contar. In: RICARDO, C. A. (Org.) *Povos Indígenas no Brasil 1996/2000*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000. p.79-83.
- BARUZZI, R. G.; MARCOPITO, L. F. & IUNES, M. Programa médico-preventivo da Escola Paulista de Medicina no Parque Nacional do Xingu. *Revista de Antropologia*, 21:155-170, 1978.
- BARUZZI, R. G. et al. Os índios Panará: a busca pela sobrevivência. *Anais do Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 2:225-243, Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – Abep, 1994.

- BLACK, F. L. Infecção, mortalidade e populações indígenas: homogeneidade biológica como possível razão para tantas mortes. In: SANTOS, R. V. & COIMBRA Jr., C. E. A. (Orgs.) *Saúde & Povos Indígenas*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1994. p.63-87.
- BLACK, F. L. Disease susceptibility among New World peoples. In: SALZANO, F. M. & HURTADO, A. M. (Orgs.) *Lost Paradises and the Ethics of Research and Publication*. Oxford: Oxford University Press, 2004. p.146-163.
- COIMBRA Jr., C. E. A. O sarampo entre sociedades indígenas brasileiras e algumas considerações sobre a prática da saúde pública entre essas populações. *Cadernos de Saúde Pública*, 3:22-37, 1987.
- COIMBRA Jr., C. E. A. et al. *The Xavante in Transition: health, ecology and bioanthropology in Central Brazil*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2002.
- DENEVAN, W. M. The aboriginal population of Amazonia. In: DENEVAN, W. M. (Org.) *The Native Population of the Americas in 1492*, Madison: University of Wisconsin Press, 1976. p.205-234.
- EARLY, J. D. & PETERS, J. F. *The Population Dynamics of the Macujá Yanomama*. New York: Academic Press, 1990.
- EARLY, J. D. & PETERS, J. F. *The Xilixana Yanomami of the Amazon*. Gainesville: University Press of Florida, 2000.
- FAUSTO, C. *Os Índios Antes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.
- FIGOLI, L. H. G. Migração indígena a Manaus. *Anais do III Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, p.397-398. Vitória: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – Abep, 1982.
- FLOWERS, N. M. Crise e recuperação demográfica: os Xavante de Pimentel Barbosa, Mato Grosso. In: SANTOS, R. V. & COIMBRA Jr., C. E. A. (Orgs.) *Saúde & Povos Indígenas*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1994. p.213-242.
- FRIKEL, P. & CORTEZ, R. *Elementos Demográficos do Alto Paru de Oeste, Tumucumaque Brasileiro. Índios Ewarhoyána, Kaxúyana e Tiriyo*. Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, n.19, 1972. 107p.
- GARNELO, L.; MACEDO, G. & BRANDÃO, L. C. *Os Povos Indígenas e a Construção da Política de Saúde no Brasil*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2003.
- GOMES, M. P. *O Índio na História: o povo Tenetehara em busca da liberdade*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GREENE, M. E. & CROCKER, W. H. Some demographic aspects of the Canela Indians of Brazil. *South American Indian Studies*, 4:47-62, 1994.
- HECKENBERGER, M. Epidemias, índios bravos e brancos: contato cultural e etnogênese no Alto Xingu. In: FRANCHETTO, B. & HECKENBERGER, M. (Orgs.) *Os Povos do Alto Xingu: história e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2001. p.77-110.
- HECKENBERGER, M. *The Ecology of Power: culture, place and personhood in the Southern Amazon, AD 1000-2000*. London: Routledge, 2005.
- HURTADO, A. M., HURTADO, I. & HILL, K. Public health and adaptive immunity among natives of South America. In: SALZANO, F. M. & HURTADO, A. M. (Orgs.) *Lost*

- Paradises and the Ethics of Research and Publication*. Oxford: Oxford University Press, 2004. p.164-190.
- JUNQUEIRA, C. Alguns dados sobre a população Cinta Larga. *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 3:1585-1587, Águas de São Pedro: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – Abep, 1984.
- KENNEDY, D. P. & PERZ, S. G. Who are Brazil's Indígenas? Contributions of census data analysis to anthropological demography of indigenous populations. *Human Organization*, 59:311-324, 2000.
- LARAIA, R. Arranjos poliândricos na sociedade suruí. *Revista do Museu Paulista*, Nova Série, XIV:71-75, 1963.
- MACCLUER, J. W.; NEEL, J. V. & CHAGNON, N. Demographic structure of a primitive population: A simulation. *American Journal of Physical Anthropology*, 35:193-207, 1971.
- MAIA, S. F. et al. A recuperação populacional dos Txicão (Ikpeng), Parque Indígena do Xingu (1970-1999). Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, disponível em <http://www.abep.org.br>, Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – Abep, 2004.
- McSWEENEY, K. & ARPS, S. A "demographic turnaround": the rapid growth of indigenous populations in lowland Latin America. *Latin American Research Review*, 40:3-29, 2005.
- MEDEIROS, L. *Population Dynamics of the Waiãpi of Brazil: demographic insights on the changing reproductive behavior of a indigenous culture*. Trabalho de conclusão de bacharelado em Estudos Ambientais, Chicago: Universidade de Chicago, 2000.
- MEIRELES, D. M. Sugestões para uma análise comparativa da fecundidade em populações indígenas. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 51:1-20, 1988.
- OLIVEIRA, J. P. Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980). *Horizontes Antropológicos*, 3:60-83, 1997.
- OLIVEIRA, R. C. Aspectos demográficos e ecológicos de uma comunidade Terêna. *Boletim do Museu Nacional*, 18:1-17, 1958.
- PAGLIARO, H. *A Revolução Demográfica dos Povos Indígenas no Brasil: a experiência dos Kaiabi do Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso (1970-1999)*, 2002. Tese de Doutorado, São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.
- PAGLIARO, H. et al. Comportamento demográfico dos índios Waurá no final do século XX. *Proceedings of the XXIVth General Population Conference*, p.1583-1594, Salvador: International Union of Scientific Studies of Population – Iussp, 2001.
- PAGLIARO, H. et al. Comportamento demográfico dos índios Kamaiurá, Parque Indígena do Xingu (1970-1999). Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, disponível em <http://www.abep.org.br>, Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – Abep, 2004.
- PENNA, T. C. F. Por que demografia indígena brasileira. *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 3:1571-1583, Águas de São Pedro: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – Abep, 1984.

- PICCHI, D. Observations about a Central Brazilian indigenous population: The Bakairi. *South American Indian Studies*, 4:37-46, 1994.
- POZZOBON, J. O mínimo demográfico de um sistema de metades exogâmicas (uma simulação em computador). *Revista Brasileira de Estudos de População*, 11:139-154, 1994.
- PRICE, D. Notes on Nambiquara demography. *South American Indian Studies*, 4:63-76, 1994.
- RIBEIRO, D. Convívio e contaminação. Efeitos dissociativos da depopulação provocada por epidemias em grupos indígenas. *Sociologia*, 18:3-50, 1956.
- RIBEIRO, D. Culturas e línguas indígenas do Brasil. *Educação e Ciências Sociais*, II(6):4-102, 1957.
- RIBEIRO, D. *Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.
- RICARDO, C. A. (Org.) *Povos Indígenas no Brasil 1991/1995*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996.
- RICARDO, C. A. (Org.) *Povos Indígenas no Brasil 1996/2000*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.
- ROMANO, J. O. Etnicidad y proletarización. *Anais do III Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, p.399-401, Vitória: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – Abep, 1982.
- ROOSEVELT, A., (Org.) *Amazonian Indians: From Prehistory to the Present*. Tucson: University of Arizona Press, 1994.
- SALZANO, F. M. Fertilidade, mortalidade, migração e miscigenação em 14 Tribos indígenas da América do Sul. *Anais do III Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, p.1565-1570. Vitória: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – Abep, 1982.
- SALZANO, F. M. Migração, etnia e casamento de indígenas sul-americanos. *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 3:1565-69, Águas de São Pedro: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – Abep, 1984.
- SALZANO, F. M. & CALLEGARI-JACQUES, S. M. *South American Indians: A Case Study in Human Evolution*. Oxford: Clarendon Press, 1988.
- SALZANO, F. M. & BORTOLINI, M. C. *The Evolution and Genetics of Latin American Populations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- SANTOS, R. V. & COIMBRA Jr., C. E. A. Cenários e tendências da saúde e da epidemiologia dos povos indígenas no Brasil. In: COIMBRA Jr., C. E. A., SANTOS, R. V. & ESCOBAR, A. L. (Orgs.) *Epidemiologia e Saúde dos Povos Indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/Associação Brasileira de Saúde Coletiva – Abrasco, 2003. p.13-47.
- SILVA, M. F. A demografia e os povos indígenas no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 11:261-264, 1994.
- SOUZA, L. G. & SANTOS, R. V. Perfil demográfico da população indígena Xavante de Sangradouro – Volta Grande, Mato Grosso (1993-1997), Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 17:355-366, 2001.

- STEWART, J. H. The native population of South America. In: STEWART, J. H. (Org.) *Handbook of South American Indians*. Washington: Government Printing Office, 1949. v.5. p.655-668.
- VIDAL, L. Demografia dos grupos étnicos minoritários: Índios. *Anais do III Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, p.405-407, Vitória: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – Abep, 1982.
- VIVEIROS DE CASTRO, E. B. Images of nature and society in Amazonian ethnology. *Annual Review of Anthropology*, 25:179-200, 1996.
- WAGLEY, C. Os efeitos do despovoamento sobre a organização social entre os índios Tapirapé. *Sociologia*, IV:407-411, 1942.
- WAGLEY, C. Cultural influences on population: a comparison of two Tupi tribes. *Revista do Museu Paulista*, 5:95-104, 1951.
- WERNER, D. Fertility and pacification among the Mekranoti of Central Brazil. *Human Ecology*, 11:227-245, 1983a.
- WERNER, D. Mudanças demográficas no Posto Indígena Ibirama. *Anais do Museu de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina*, 15:24-33, 1983b.
- WONG, L. R. Resumo das discussões sobre o tema "Etnia e População". *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 3:1561-1563, Águas de São Pedro: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – Abep, 1984.
- WONG, L. R. *A Dinâmica Demográfica dos Índios no Interior do Estado de São Paulo*. [Relatório de pesquisa realizado com o auspício do Programa de Bolsas de Pesquisa da Associação Brasileira de Estudos Populacionais]. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1986. (Mimeo.)